



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Março de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em março de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	3
Colômbia	5
Equador	7
Guiana	9
Peru.....	11
Suriname	13
Venezuela	14
OTCA	15

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

No mês de março, a Amazônia boliviana esteve em pauta na imprensa local por uma série de razões. Entre 2 e 5 de março, foi realizada, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, a reunião anual do Painel Científico para a Amazônia (SPA), que congrega referências acadêmicas em diversos temas que envolvem o bioma amazônico. O espaço reuniu membros do Comitê Diretor Científico, Comitê dos Autores Principais, Comitê Consultivo de Jovens e organizações da sociedade civil para discutir a conjuntura e os próximos passos do painel. O encontro se deu de forma complementar à realização da IV Conferência pela Amazônia Que Queremos [1]. Além disso, nos dias 3 e 4 de março, foi realizada, também em Santa Cruz de la Sierra, o 1º Encontro Pan-Amazônico sobre Cultura, Uso e Manejo do Fogo. O espaço reuniu representantes de organizações e instituições de Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador. Os principais temas debatidos foram o compartilhamento de experiências em Manejo Integrado do Fogo [2].

Outro evento multilateral que recebeu atenção ocorreu entre 23 e 29 de março, na cidade brasileira de Campo Grande. Tratou-se da 15ª Conferência das Partes (COP15) da Convenção das Nações Unidas para as Espécies Migratórias (CMS), onde Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru assinaram acordo para proteger espécies de peixe bagre ameaçadas pela pesca predatória e pela construção de infraestrutura, como a dourada e a piramutaba [3].

Finalmente, no dia 2 de março, durante a 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina, realizada em Brasília, Oscar Mario Justiniano, ministro de desenvolvimento produtivo, rural e de água, apresentou o que chamou de “visão estratégica da Bolívia” para a transformação da região amazônica. A proposta do ministro dá centralidade à bioeconomia, inclusive com a criação de novas certificações para produtos amazônicos, e à declaração de 2027 como “*Año Internacional de los Frutos Nativos Amazónicos*” [4].

No entanto, a prática parece diferente do discurso. O governo do presidente Rodrigo Paz completou 120 dias no final de fevereiro. De acordo com matéria do jornal Mongabay, já se pode visualizar um cenário de desmonte ambiental no país. Depois da dissolução do Ministério do Meio Ambiente e Água, em novembro de 2025, não há a consolidação ou sequer o desenho de uma política ambiental, não há políticas direcionadas ao combate à mineração ilegal (que avança no bioma amazônico), e as áreas protegidas, inclusive terras indígenas, não receberam atenção ou encaminhamentos [5].

No plano doméstico, foram realizadas as eleições subnacionais no país, no dia 22 de março. Nos departamentos amazônicos – Pando, Beni e Santa Cruz –, as eleições resultaram na necessidade de um segundo turno, a ser realizado em abril, mas indicam, como de costume na região, a vitória de candidaturas à direita, já que as candidaturas que disputarão a nova rodada de votação se dividem entre centro-direita e extrema-direita.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.sp-amazon.org.br/noticias/spabolivia>
- [2] Disponível em: <https://mamiraua.org.br/noticias/manejo-do-fogo-ganha-destaque-em-encontro-que-reune-paises-da-pan-amazonia>
- [3] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2026/03/27/cop15-aprova-plano-transnacional-para-conservar-bagres-ameacados-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: https://produccion.gob.bo/index.php/nota_prensa/bolivia-propone-un-modelo-amazonico-que-une-conservacion-y-progreso-en-la-larc-39-en-brasil/
- [5] Disponível em: <https://es.mongabay.com/2026/03/bolivia-estancamiento-politica-ambiental-rodriigo-paz-120-dias/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em março de 2026, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, encontrou-se, separadamente, com seus homólogos da Bolívia, Rodrigo Paz, e da Colômbia, Gustavo Petro, para alinhar iniciativas de cooperação com os vizinhos da Pan-Amazônia. No dia 16, Paz viajou a Brasília, escolhida como destino de sua primeira viagem de Estado desde que tomou posse como presidente boliviano, em novembro de 2025 [1]. A reunião com Lula resultou na assinatura de um acordo para fortalecer a coordenação contra o crime organizado transnacional nas áreas de tráfico de drogas e de pessoas, contrabando, roubo de veículos, lavagem de dinheiro, mineração ilegal e meio ambiente [2].

Em declaração à imprensa, Paz lembrou que, no dia 13, a Bolívia havia prendido Sebastián Marset, suspeito de ser chefe de tráfico de drogas com ligação ao Primeiro Comando da Capital (PCC), quadrilha brasileira. Segundo o presidente boliviano, a prisão de narcotraficantes é um gesto de combate ao terrorismo, em uma referência indireta ao entendimento do governo Trump, dos EUA, de que o “narcoterrorismo” na América Latina deve ser combatido – conceito este que o governo Lula rejeita por implicar riscos à violação de soberanias na região por parte de militares estadunidenses [6].

Ainda sobre o crime organizado na Amazônia, no dia 26 de março a Polícia Federal participou da reunião técnica da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transnacionais e Transfronteiriços na Região Amazônica (CESPIT). A ação busca aprofundar os diálogos sobre segurança pública no âmbito da OTCA. Segundo Humberto Freire, titular da Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente (DAMAZ), “a agenda de combate ao crime ambiental está diretamente ligada à agenda de enfrentamento das mudanças climáticas. Combater o crime ambiental e reduzir o desmatamento por ele provocado contribui de forma eficaz e rápida para a mitigação das mudanças climáticas” [7].

Para além da agenda de crime organizado, outros acordos assinados entre Paz e Lula preveem a construção de uma linha de transmissão de energia elétrica entre regiões fronteiriças e o incremento do turismo [1]. Os dois presidentes também conversaram sobre a possibilidade de aumentar a exportação de gás natural da Bolívia para o Brasil e outros vizinhos do Cone Sul por meio da ampliação do gasoduto bilateral existente. Por fim, Lula destacou que, “com a Bolívia, o Mercosul deixa de ser um projeto restrito ao Cone Sul e passa a ser consolidado como verdadeiro eixo de integração continental” [2].

No dia 21, Lula reuniu-se com Petro, à margem do Fórum de Alto Nível CELAC-África, organizado em Bogotá. Ambos fizeram uma avaliação sobre a presidência da Colômbia à frente da CELAC e reiteraram a importância de fortalecê-la [3]. Além disso, em discurso durante o fórum, Lula destacou que os países latino-americanos e africanos compartilham “a responsabilidade de cuidar das duas maiores florestas tropicais do mundo: a Floresta Amazônica e a do Congo” e devem cooperar na operacionalização do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, na transição energética, na coibição de iniciativas neoextrativistas sobre minerais críticos e na atuação “em diversos foros para combater os crimes ambientais, que já são a terceira maior fonte de recursos para o crime organizado” [4].

Por outro lado, Lula foi cobrado, por lideranças sociais brasileiras, a dar maior atenção ao Território Indígena Yanomami, na fronteira com a Venezuela. Em carta aberta dirigida ao presidente e ao Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, no dia 25, indígenas, médicos, juristas, antropólogos e indigenistas denunciam o avanço de doenças como coqueluche, malária e tuberculose e apontaram riscos de contaminação por sarampo, rubéola e caxumba. Segundo o texto, “fica evidente que o motivo desse péssimo resultado é o modelo de assistência centralizado no atendimento hospitalar e nos chamados polos-base, ao invés da presença constante de equipes de saúde nas aldeias, apoiadas por agentes comunitários de saúde” [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2026/03/16/lula-amplia-dialogo-com-a-direita-regional-em-encontro-com-presidente-da-bolivia-em-brasilia/>
- [2] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2026-03/lula-recebe-presidente-da-bolivia-e-defende-integracao-sul-americana>
- [3] Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-e-petro-discutem-relacoes-regionais-em-reuniao-na-celac/>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2026/03/discurso-do-presidente-lula-na-reuniao-de-chefes-de-estado-celac-africa>
- [5] Disponível em: <https://sumauma.com/presidente-lula-a-situacao-de-saude-dos-yanomami-continua-muito-grave/>
- [6] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2026/03/17/presidente-boliviano-ve-pcc-e-cv-como-organizacoes-terroristas-e-isola-lula.ghtml>
- [7] Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2026/03/pf-destaca-acoes-de-combate-ao-crime-na-amazonia-em-reuniao-da-otca>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 9 de março, o governo colombiano promoveu a formação em gestão florestal sustentável de 148 extensionistas florestais, que passarão a atuar de forma técnica no território amazônico como parte do Plano Integral de Combate ao Desmatamento [1]. Os extensionistas adquiriram ferramentas técnicas e metodológicas sobre o manejo de uso sustentável de florestas e passarão a atuar junto às comunidades para promover melhorias na gestão florestal. O objetivo do governo colombiano, no âmbito do Plano Integral de Combate ao Desmatamento, é formar 330 extensionistas para fortalecer a presença técnica na Amazônia e garantir sua preservação [1].

Já em 12 de março, Irene Vélez Torres, Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, reuniu-se com os embaixadores da Alemanha, Noruega e Reino Unido para renovar, até 2030, a Declaração Conjunta de Intenção sobre Florestas, Biodiversidade e Clima [2]. A Declaração funciona, desde 2015, como uma plataforma de cooperação internacional para apoiar a redução do desmatamento na Colômbia. No âmbito dessa aliança, são realizadas iniciativas que vêm sendo fundamentais para enfrentar os desafios ambientais na Colômbia, como a REM Visión Amazonía e o BIOCADENAS, projetos que atuam desde o estabelecimento de estratégias de preservação florestal até o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis com base na biodiversidade [2].

Na sequência, em 22 de março, a Unidade de Planejamento Mineral e Energético, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, divulgou dados sobre a geração de energia elétrica na Colômbia em 2025. Segundo o relatório, pela primeira vez na história do país, a geração a partir de fontes solares superou a produção advinda do carvão [3]. Tal feito representa um marco para o projeto de transição energética liderada pelo governo de Gustavo Petro. Apontada como uma de suas prioridades políticas, a redução da dependência de fontes energéticas poluentes foi ratificada pelos indicadores divulgados. Centralizando o papel da matriz solar, percebeu-se um crescimento exponencial desde 2022. Com uma participação marginal na geração de 255 gigawatt-hora (GWh), o valor cresceu para cerca de 1.205 GWh no ano seguinte, 3.297 em 2024 e, em 2025, 4.400 GWh. Já a parcela do carvão para a matriz energética apresentou uma tendência oposta ao apresentar uma queda de 9.400 GWh em 2024 para 3.500 no último ano [3]. Como principais justificativas para tal mudança, destaca-se o maior grau de integração entre os Ministérios de Minas e Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com a Autoridade Nacional de Licenças Ambientais [3].

Promovendo a agenda internacionalmente, no dia 30 de março, Irene Vélez Torres anunciou que 45 países confirmaram presença na primeira Conferência para Transição para Além dos Combustíveis Fósseis, que acontecerá entre 24 e 29 de abril em Santa Marta, na Colômbia. A Conferência tem como objetivo promover uma coalizão internacional para estabelecer estratégias para a eliminação equitativa do uso de combustíveis fósseis [4]. O objetivo da Colômbia, como organizadora do evento, é garantir uma ampla representação de países de diferentes regiões do mundo que sejam tanto produtores quanto consumidores de combustíveis fósseis, para possibilitar o estabelecimento de um diálogo transparente e direto, que oriente a resultados concretos [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-fortalece-lucha-contra-la-deforestacion-con-148-extensionistas-forestales-en-la-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://www.apccolombia.gov.co/comunicaciones/noticias/colombia-fortalece-alianzas-internacionales-para-protger-la-amazonia>
- [3] Disponível em: <https://www.portafolio.co/energia/la-energia-solar-supera-por-primera-vez-al-carbon-en-la-generacion-electrica-de-colombia-490290>
- [4] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/45-paises-confirmados-en-santa-marta-para-impulsar-una-coalicion-global-que-acelere-la-transicion-mas-alla-de-los-combustibles-fosiles/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 4 de março de 2026, estudos do *Instituto de Investigación Geológica y Energética* (IIGE) e de uma equipe científica internacional revelaram indícios de elementos de terras raras — como neodímio, ítrio, lântano e escândio — na Amazônia norte e no sul do Equador, apontando condições geológicas favoráveis para minerais estratégicos essenciais à tecnologia moderna [1]. As análises geoquímicas, feitas em sedimentos e rochas, identificaram concentrações incomuns desses elementos e, com apoio de modelos de aprendizado de máquina, delimitaram áreas com maior probabilidade de ocorrência. Embora não haja reservas comprovadas, os resultados ganham relevância após o acordo de cooperação entre Equador e Estados Unidos, firmado em 2026, para desenvolver cadeias de minerais críticos. Como menos de 1% do território equatoriano foi explorado para esse tipo de recurso, o país enfrenta o desafio de avançar em estudos detalhados e fortalecer sua governança ambiental e institucional para atrair investimentos sem repetir conflitos socioambientais do passado.

Em 6 de março de 2026, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) forneceu ao *Instituto Nacional de Investigación en Salud Pública* (INSPI), na província equatoriana de Napo, equipamentos especializados e insumos avaliados em cerca de US\$ 100 mil, como parte do *Proyecto Optimización de la Respuesta a Pandemias a través de Comunidades y Territorios Comprometidos en Ecuador* (PROTECT), destinado a fortalecer a capacidade laboratorial e a vigilância epidemiológica na Amazônia equatoriana [2]. A iniciativa busca melhorar a detecção de patógenos de alto risco, ampliar sistemas de alerta precoce e promover cooperação intersetorial sob o enfoque *One Health*, beneficiando aproximadamente 66 mil pessoas em oito províncias amazônicas. Entre os resultados já observados estão a modernização do laboratório de biologia molecular de Tena, a formação de 23 profissionais em vigilância epidemiológica e a entrega de tecnologia para fortalecer a resposta comunitária, totalizando uma inversão acumulada de US\$ 1,5 milhão entre 2024 e 2026.

Em 7 de março de 2026, as Forças Armadas do Equador, com apoio dos Estados Unidos, localizaram e destruíram no cantão Cascales (Sucumbíos), na Amazônia equatoriana, um centro de descanso e treinamento pertencente ao grupo narcotraficantes *Comandos de la Frontera* (CDF), dissidência das antigas FARC [3]. A operação parte da fase denominada “Ofensiva Total” contra o narcotráfico. Utilizou inteligência militar, drones, aeronaves, embarcações e equipes especializadas para identificar e bombardear a infraestrutura, que abrigava cerca de 50

integrantes e servia de base para o líder conhecido como “Mono Tole”. Após o ataque, foram encontrados armamentos e outros indícios das atividades ilícitas. O governo equatoriano destacou que a ação busca enfraquecer a logística das organizações criminosas, recuperar o controle territorial e reforçar a segurança na fronteira, dentro de um quadro de cooperação bilateral com os EUA.

Em 10 de março de 2026, o governo do Equador e a empresa *Orion Energy* — atualmente pertencente ao Grupo *Sagittarius* — assinaram a renegociação e a extensão por 10 anos dos contratos petrolíferos dos blocos 52 e 54, localizados em Sucumbíos, na Amazônia equatoriana [4]. O acordo, que prolonga a operação até 2042, prevê investimentos superiores a US\$ 119 milhões para perfuração de novos poços, atividades de recuperação e otimização da produção, com expectativa de adicionar mais de 15 milhões de barris entre ambos os blocos ao longo do período. Segundo o governo e a empresa, a renegociação deve gerar mais de US\$ 442 milhões em receitas para o Estado, reforçando a continuidade operacional, a atração de investimentos e o aumento da produção em um contexto de preços internacionais elevados do petróleo.

Em 16 de março de 2026, a *Human Rights Watch* denunciou que o governo do Equador está descumprindo uma ordem da Corte Interamericana de Direitos Humanos que determinou o fechamento imediato das operações petrolíferas no Bloque 43, dentro do Parque Nacional Yasuní, área habitada pelos povos indígenas Tagaeri e Taromenane, que vivem em isolamento voluntário [5]. A organização afirma que a continuidade da extração — proibida também por um referendo nacional de 2023 — aumenta riscos de contaminação ambiental, contato forçado, doenças, escassez de alimentos e conflitos territoriais, além de violar direitos à saúde, ao território e ao ambiente saudável. O relatório destaca ainda a falta de transparência governamental, a ausência de monitoramento adequado, o não cumprimento de prazos judiciais e a degradação institucional de órgãos ambientais e de direitos humanos, resultando em impactos severos sobre comunidades Waorani e Kichwa, que relatam água contaminada, perda de fauna, doenças de pele e danos a cultivos.

Em 24 de março de 2026, Equador, Peru e Colômbia reforçaram sua cooperação no âmbito do Programa Trinacional de Conservação, após encontros técnicos e territoriais realizados entre 11 e 16 de março no corredor amazônico do rio Putumayo, uma das áreas de maior biodiversidade da região [6]. As três nações coordenaram ações para a gestão conjunta de mais de 4 milhões de hectares de floresta, atualizaram diagnósticos e definiram prioridades voltadas à proteção da biodiversidade e ao fortalecimento de alternativas econômicas

sustentáveis para comunidades locais. Entre os resultados observados estão a liberação de 2.000 crias de tartarugas taricaya no Peru, um acordo para impulsionar a meliponicultura próxima ao Parque Nacional Güeppí-Sekime e a criação da Zona de Vínculo “*Sin Fronteras*”, destinada a práticas de agrofloresta e manejo de resíduos com participação indígena. O êxito da iniciativa dependerá da continuidade política, financiamento estável e implementação efetiva em território, desafios históricos na região amazônica.

Em termos de produção sustentável, o Equador desenvolve a iniciativa *Agua Segura, Bosques para el Futuro*, uma parceria entre o governo nacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a *Fundación Lavazza* voltada para a produção sustentável de café na província amazônica de Zamora Chinchipe [7]. Cerca de 143 crianças de 33 famílias produtoras de café já foram beneficiadas por ações que visam melhorias de infraestrutura, gestão de recursos hídricos, formação de consciência ambiental na juventude e práticas comunitárias de cultivo, com apoio de produtores filiados a organizações como a APECAP, a ACRIM e membros da FAPECAFES, além da intervenção do *Ministerio del Ambiente y Energía* (MAE) e do *Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca* (MAGP). As ações contam com o financiamento do Programa Integral REDD+.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/economia/ecuador-tiene-indicios-de-tierras-raras-en-la-amazonia-y-el-sur-que-revelan-los-estudios-sobre-su-potencial-minero-20260304-0004.html>
- [2] Disponível em: <https://www.paho.org/es/noticias/6-3-2026-fortalecemos-capacidad-respuesta-laboratorial-amazonia-ecuador>
- [3] Disponível em: <https://icndiario.com/2026/03/fuerzas-armadas-de-ecuador-con-apoyo-de-ee-uu-localizan-y-destruyen-centro-de-entrenamiento-de-narcotraficantes-en-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/empresas/contratos-petroleros-orion-energy-inversion-ministerio-energia-117758/>
- [5] Disponível em: <https://www.hrw.org/es/news/2026/03/16/ecuador-el-gobierno-desafia-orden-judicial-de-cerrar-operacion-petrolera>
- [6] Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/ecuador-peru-y-colombia-refuerzan-alianza-para-proteger-la-amazonia/56008>
- [7] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/agua-segura-bosques-para-el-futuro-alianza-que-transforma-la-vida-de-la-ninez-amazonica-en-ecuador>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A guerra entre Estados Unidos (EUA) e Israel contra o Irã afetou, em março, os preços do petróleo em escala global, com repercussões diretas para a Guiana. Em retaliação às

ofensivas sofridas por Washington e Tel Aviv, o Irã promoveu bloqueios ao Estreito de Ormuz, por onde passam cerca de 20-30% do petróleo comercializado no mundo. Os efeitos inflacionários foram praticamente imediatos. [1] Nesse contexto, a *ExxonMobil*, empresa estadunidense que lidera o consórcio responsável pelo setor de óleo e gás na Guiana, conseguiu acelerar o reembolso de seus custos de investimento. O aumento dos preços internacionais aumentou a rentabilidade da produção, dada a natureza do mercado de óleo gás, que, em uma economia global de base fóssil, torna o lado da demanda por petróleo uma constante inelástica. Em posse do excedente monetário, a empresa optou por acelerar o pagamento dos investimentos feitos na montagem do conjunto de estruturas necessárias para as atividades econômicas do setor. O contrato firmado com a Guiana permite que a empresa dê preferência à recuperação de investimentos em detrimento da divisão de lucros com o país sul-americano e caribenho. Isso significa que o percentual de lucros destinados ao Estado da Guiana não acompanha, neste momento, a escalada inflacionária [2].

Ainda em março, Irfaan Ali, presidente da Guiana, declarou em reunião da CARICOM que o projeto estratégico da Guiana é tornar-se um *hub* de energia regional. Posteriormente, Ali compareceu ao chamado estadunidense para o evento Cúpula do Escudo das Américas, em Miami, no dia 7, que foi apresentado como um fórum destinado ao aprofundamento de cooperação em assuntos de segurança e defesa, principalmente contra o “narcoterrorismo”. Durante a visita, Ali também se reuniu com o Secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, que, após o encontro, declarou a Guiana como um país “bem governado” [3][4]. Esse quadro retoma uma pergunta que todas as economias da América do Sul conhecem: quais são os limites de uma dependência estratégica em relação ao setor privado — principalmente do capital internacional — para o desenvolvimento econômico? [5][6].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.caribbeantoday.com/sections/viewpoint/who-gains-who-loses-the-global-cost-of-the-iran-war-and-the-caribbean-fallout>

[2] Disponível em: <https://demerawaves.com/2026/03/19/increased-oil-price-production-accelerating-exxonmobils-cost-recovery/>

[3] Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/03/07/us-secretary-of-energy-says-guyana-well-governed/>

[4] Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2026/mar/07/trump-shield-of-americas-summit>

[5] Disponível em: <https://kaieteurnews.com/2026/03/22/rising-oil-freight-costs-test-guyana/>

[6] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/president-ali-calls-for-stronger-public-private-partnership-to-navigate-global-crisis/>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No dia 17 de março, o governo peruano, agora liderado pelo presidente José Maria Balcázar, ratificou o seu novo gabinete ministerial. O primeiro-ministro será Luis Enrique Arroyo, um militar reformado que anteriormente havia sido escolhido para o cargo de ministro da Defesa. As nomeações para liderar os ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MINAM), em particular, parecem indicar que não haverá grandes transformações na política ambiental e climática¹. Foi mantido o ministro Hugo Claudio de Zela à frente do MRE e, para o MINAM, foi nomeada Nelly Paredes del Castillo [1].

Paredes é engenheira agrônoma e possui mais de 30 anos de experiência em gestão pública, especialmente em desenvolvimento rural, políticas ambientais e trabalho com comunidades, tendo sido anteriormente vice-ministra de Gestão Ambiental e ministra de Desenvolvimento Agrário entre 2022 e 2023. Segundo o governo, apesar da mudança na pasta, a escolha de Paredes visa garantir continuidade às políticas ambientais, com foco na conservação da Amazônia, gestão sustentável do território, educação ambiental e prevenção de conflitos socioambientais [2].

Uma das primeiras ações da nova ministra foi a inauguração do *Centro de Monitoreo y Evaluación de Ecosistemas y Recursos Naturales* (CMERN), no dia 31 de março. Durante o evento, Paredes destacou que o centro possibilita o monitoramento contínuo, em escala nacional, de fatores relacionados a uso do solo, degradação de ecossistemas, biodiversidade e riscos ambientais, transformando dados em conhecimento útil para planejamento territorial e econômico. A iniciativa também integra informações de diferentes níveis de governo em uma plataforma vinculada ao *Sistema Nacional de Información Ambiental*, promovendo transparência, apoio à pesquisa acadêmica e políticas baseadas em evidências, com o objetivo de proteger serviços ecossistêmicos essenciais e fomentar um desenvolvimento sustentável [3].

No plano internacional, o MINAM participou de uma reunião anual da Parceria Líderes de Florestas e Clima (FCLP, sigla em inglês) realizada em Nairobi, no Quênia, com o objetivo de fortalecer a cooperação internacional na proteção florestal e no enfrentamento das mudanças

¹ Vale mencionar que esse é um governo de transição, já que as eleições nacionais ocorrerão em abril e, em julho, assumirá um novo governo. Contudo, chama a atenção o fato de as constantes trocas de governo causarem poucas alterações nas políticas voltadas à preservação da Amazônia.

climáticas. O encontro ocorreu no dia 11 de março de 2026 e reuniu países para trocar experiências e definir prioridades como o financiamento para conservação florestal, o fortalecimento dos mercados de carbono, a promoção de cadeias produtivas livres de desmatamento e a prevenção de incêndios. O Peru teve destaque ao liderar discussões sobre povos indígenas, apresentando avanços na Amazônia, especialmente na titulação de territórios e na proteção de comunidades, reafirmando seu compromisso com a conservação dos ecossistemas e com os direitos indígenas como eixo central da ação climática [4].

Além disso, o MINAM promoveu o evento intitulado *Diálogo empresarial sobre el Fondo Cali*, que tem o objetivo de impulsionar mecanismos inovadores de financiamento voltados à conservação da biodiversidade. Durante o encontro, que contou com a participação de representantes do setor privado e da embaixada do Reino Unido, a vice-ministra Romina Caminada destacou o Fundo Cali, criado no contexto da COP16, como uma ferramenta global que permite canalizar contribuições de empresas que utilizam recursos genéticos, garantindo repartição justa de benefícios. A iniciativa também reforça o papel do Peru como destino de investimentos sustentáveis e integra avanços da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica 2050, um instrumento de planejamento de longo prazo do Estado peruano para conservar, restaurar e usar de forma sustentável sua biodiversidade até meados do século XXI [5].

Ocorreu também, no dia 24 de março, o primeiro encontro anual da Comissão Nacional Permanente Peruana da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que reuniu representantes de 26 setores e entidades públicas sob coordenação da chancelaria peruana. O encontro teve como objetivo fortalecer a articulação interinstitucional em torno da agenda amazônica, apresentando o balanço das 96 atividades executadas em 2025 e o plano de trabalho para 2026, além de iniciar a identificação de prioridades para 2027. Também foram destacados avanços nos mecanismos da OTCA, como a reativação de comissões especiais e redes técnicas, bem como iniciativas voltadas a povos indígenas e ao financiamento da conservação da Amazônia [6].

Ainda no mês de março, foi lançado o sétimo informe nacional da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O documento reúne avanços e desafios do país na conservação, uso sustentável e gestão da biodiversidade, sendo resultado de um processo de coordenação interinstitucional liderado pela Comissão Nacional de Diversidade Biológica. O relatório também evidencia progressos na implementação de instrumentos internacionais como o Protocolo de Cartagena (que diz respeito a biossegurança) e o Protocolo de Nagoya (que prevê o acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios), além de alinhar as políticas nacionais

à Estratégia de Biodiversidade ao 2050 e ao Marco Global de Kunming-Montreal, servindo como base para orientar decisões e cumprir metas globais de sustentabilidade [7].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1367272-gobierno-ratifica-a-nelly-paredes-del-castillo-como-ministra-del-ambiente>
- [2] Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2026/03/17/nelly-paredes-es-ratificada-como-ministra-del-ambiente-perfil-y-hoja-de-vida/>
- [3] Disponível em: <https://inforegion.pe/peru-lanza-plataforma-nacional-que-permitira-monitorear-biodiversidad-y-uso-del-suelo-con-datos-en-tiempo-real/>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1364770-peru-participo-en-reunion-anual-para-fortalecer-la-accion-climatica-por-los-bosques>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1367995-peru-impulsa-financiamiento-para-conservar-la-biodiversidad-en-beneficio-de-las-comunidades>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1371286-primera-reunion-anual-de-la-comision-nacional-permanente-peruana-de-la-organizacion-del-tratado-de-cooperacion-amazonica-otca>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1362754-peru-cumple-con-sus-compromisos-internacionales-en-biodiversidad>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em março, o Suriname sofreu com as adversidades resultantes da guerra no Oriente Médio. A inflação induzida por esse choque externo afetou a economia como um todo: combustíveis de origem fóssil e alimentos subiram de preço, influenciando a formação de preços no restante da economia. Como resposta, o governo surinamês divulgou um plano de ação contingencial que envolveu a transferência de recursos diretos e a concessão de subsídios, com o objetivo de mitigar os impactos na economia interna.

Essas medidas, no entanto, não atacam as causas estruturais do problema da dependência — e nem poderiam. Trata-se de um desafio que ultrapassa a imediatez de uma crise. O contexto reforça, portanto, as dificuldades enfrentadas pelo país no que tange ao desenvolvimento econômico e aos possíveis efeitos ambientais dele decorrentes.

O desenvolvimento sustentável é necessário e desejável, mas sua complexidade é grande, sobretudo pela necessidade de tecnologias mais avançadas. Ao mesmo tempo, as demandas de curto prazo impõem dificuldades constantes à conciliação entre crescimento econômico e sustentabilidade. Os efeitos da guerra reforçam essa questão, que não é exclusiva do Suriname, mas de alcance global [1][2].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.jamaicaobserver.com/2026/03/13/suriname-announces-social-measures-combat-economic-impact-middle-east-war/>

[2] Disponível em: <https://www.caribbeanenergyweek.com/news/surinames-offshore-oil-momentum-builds-iocs-eye-2026-opportunities>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de março foi marcado por uma retomada da atuação da Venezuela em espaços multilaterais após o início do governo de Delcy Rodríguez. Entre 2 e 6 de março, ocorreu a 8ª Conferência Anual do Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL), em Manaus (Brasil). Uma delegação venezuelana esteve presente e apresentou os resultados do projeto “Gestión Integrada de Paisajes Sostenibles para la Conservación del Bioma Forestal del estado Amazonas”. A delegação foi composta por membros do Ministério do Poder Popular para o Ecosocialismo e do Ministério de Povos Indígenas. Além da apresentação do projeto, a delegação realizou diversas reuniões bilaterais para troca de experiências com outros países da região [1].

No dia 11 de março, o diretor geral nacional dos Bombeiros de Venezuela, Juan Carlos González, participou de um evento sobre interoperabilidade e resposta ante incêndios florestais na América Latina e no Caribe. O evento foi organizado pela OTCA no Brasil. Na ocasião, González trocou experiências com pares de outros países para cooperar no combate a emergências ambientais e na padronização de protocolos de atuação [2]. Por fim, no dia 24 de março, a ministra do Poder Popular para Ciência e Tecnologia, Gabriela Jiménez Ramírez, informou que a Venezuela foi designada como sede do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia (PITCA). O anúncio foi feito no âmbito da reativação da Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA) da OTCA [3].

No âmbito doméstico, o mês também foi marcado pela divulgação de um documento, assinado por 15 organizações da sociedade civil, com críticas ao Projeto de Lei sobre Mineração, em tramitação na Assembleia Nacional venezuelana. No texto, intitulado “El Proyecto de Ley Orgánica de Minas institucionaliza el ecocidio y el blanqueo del ‘Oro de Sangre’ en Venezuela”, as organizações denunciam que o projeto é uma grave ameaça para o meio ambiente e aos povos indígenas da Venezuela. O projeto de lei busca abrir o setor para investimentos privados e estrangeiros. A discussão no parlamento foi suspensa pela necessidade

de maior escuta da população [4]. O secretário da Associação de Universidades Amazônicas da Venezuela e pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento (Cendes), Antonio De Lisio, também criticou o uso do termo “mineração ecológica” no texto [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minec.gob.ve/venezuela-presenta-balance-ambiental-en-conferencia-del-programa-anual-de-la-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://radiomundial.com.ve/venezuela-promueve-cooperacion-regional-para-combatir-incendios-forestales-en-la-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://mincyt.gob.ve/venezuela-sera-sede-del-panel-intergubernamental-tecnico-cientifico-de-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/ong-denuncian-que-el-proyecto-de-ley-de-minas-institucionaliza-el-ecocidio-en-la-amazonia/>
- [5] Disponível em: <https://lapatilla.com/2026/03/27/investigador-advierte-que-el-termino-mineria-ecologica-es-contradictorio-para-el-nuevo-proyecto-de-ley/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 9 de março, o Observatório Regional Amazônico (ORA-OTCA) lançou um novo conjunto de dados sobre a totalidade de área queimada na Amazônia, no período entre 2001 e 2025 [1]. A ferramenta *online* revela informações sobre as chamadas “cicatrizes de incêndio” dos oito países amazônicos, as quais cobriram um total de 15,5 milhões de hectares queimados em 2024. Em 2025, o número caiu para 3 milhões de hectares, o que representou uma redução de 80%. Com uso de satélites, os especialistas calcularam a extensão do território afetado por incêndios e projetaram ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas, além de políticas de proteção da biodiversidade e estratégias de adaptação às mudanças climáticas. O ORA também ampliou o foco das análises incorporando dados sobre focos de calor que permitem identificar novas ocorrências de incêndios.

Na mesma agenda, no dia 13, os países membros da OTCA firmaram um Entendimento Operativo de Cooperação e Assistência Mútua para ações coordenadas de preparação e resposta conjunta aos incêndios florestais na Amazônia [2]. A iniciativa, que começou a ser negociada em 2024, contou com a participação da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) e servirá como espaço de interlocução e articulação dos países envolvidos, além de possibilitar a troca de informações operacionais e apoio mútuo em situações de emergência. Durante a reunião, que ocorreu durante o “Encontro sobre Interoperabilidade, Cooperação e Assistência

Mútua para a Preparação e Resposta a Incêndios Florestais na América Latina e no Caribe”, as autoridades apontaram para a criação do Comitê de Resposta a Incêndios Florestais (CRIF), instância regional que reunirá representantes locais para desenvolver instrumentos capazes de acelerar repostas a incêndios que afetem a região.

Como parte das celebrações pelo Dia Mundial da Água, em 22 de março, a OTCA divulgou informações sobre o Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF) com foco no princípio transversal da igualdade de gênero e nas prerrogativas estabelecidas pela Declaração de Belém (2023) [3]. Em diálogo com o tema estabelecido pelas Nações Unidas neste ano, “Água e Gênero”, o Programa de Ações Estratégicas (PAE) vem realizando uma série de atividades de capacitação em todos os países amazônicos, com o objetivo de fortalecer o planejamento, monitoramento e avaliação da incorporação da perspectiva de gênero em políticas, programas e projetos relacionados à gestão dos recursos hídricos da Bacia Amazônica. Dentre as ferramentas exploradas, figura o Escâner de Gênero, desenvolvido pela Comissão Econômica para a América Latina Caribe (CEPAL) e pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ). Em 2025, por meio do Projeto, foi lançado o curso *online* “Ferramentas para a Igualdade de Gênero na formulação de Políticas, Planos, Programas e Projetos de Gestão de Águas” em parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que já formou mais de 60 participantes em diferentes regiões.

No dia 23 de março, a OTCA reativou a Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA), após 27 anos de inatividade [4]. Em cerimônia realizada no Palácio do Itamaraty, em Brasília, o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, afirmou que “fortalecer a ciência e a inovação é essencial para garantir respostas à altura da complexidade dos desafios amazônicos”. A CECTA funcionará como mais um canal de articulação de esforços entre os países da região capaz de fornecer evidências para a tomada de decisão, ao lado do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia e do Observatório Regional Amazônico.

Na ocasião, os países da OTCA emitiram o Pronunciamento de Brasília, que reforça o papel da ciência, tecnologia e inovação como base para políticas públicas, apoia a elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável na Amazônia e incentiva a participação dos povos indígenas e comunidades locais nas instâncias de cooperação regional. A Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, destacou que a reativação da CECTA revela o interesse dos países envolvidos em conduzir ações práticas para alcançar o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Grazziotin disse que a Comissão contará com um plano de trabalho

que orientará seus trabalhos nos próximos meses e que prevê, por exemplo, a criação da Rede Amazônica para Inovação e Difusão Tecnológica e ações de formação e empreendedorismo. Ao final, o Brasil foi escolhido para ocupar a presidência *pro tempore* da CECTA.

Na agenda da segurança pública, representantes dos países-membros da OTCA se reuniram na “Jornada técnica de fortalecimento dos planos de ação no âmbito da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços e Transnacionais na Região Amazônica (CESPIT)”, nos dias 26 e 27 de março, em Brasília [5]. Com o apoio do Banco Mundial e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o evento discorreu sobre o crime organizado, a mineração ilegal e o tráfico de drogas na Amazônia, além de ter avançado na proposição de planos de ação harmonizados e padronizados para o biênio 2026-2027. Essa iniciativa compreende os esforços da OTCA para a concretização de uma agenda robusta de segurança na região, que conta ainda com o Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI) da Amazônia, o qual realiza ações de inteligência para combater atividades ilícitas na região.

No fim do mês, foi noticiado que, entre 2024 e 2025, a área impactada pelo desmatamento e a degradação da Amazônia caiu aproximadamente 60% [6]. As informações foram divulgadas pelo ORA/OTCA com base nos dados do programa *Copernicus* financiado pela União Europeia. Para o coordenador do ORA, Arnaldo Carneiro, a diminuição é explicada por fatores regionais e globais, como condições climáticas menos extremas e maior incidência de ações de fiscalização e controle, além de combate a atividades ilegais na região amazônica. Apesar dos avanços, os especialistas avaliam que dificuldades estruturais, como o avanço da atividade pecuária sobre o bioma dificultam uma queda continuada da degradação ambiental. Eles afirmaram também que a proteção das Terras Indígenas e das Áreas Naturais Protegidas frente a pressões externas é fundamental, já que elas desempenham um papel central na preservação da biodiversidade e regulação do clima.

Referências

[1] Disponível em: <https://otca.org/pt/ora-lanca-modulo-de-area-queimada-na-amazonia-e-aponta-queda-de-80-em-2025/>

[2] Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-aprovam-entendimento-operativo-para-a-preparacao-e-resposta-a-incendios-florestais-na-regiao-amazonica/>

[3] Disponível em: <https://otca.org/pt/dia-mundial-da-agua-iniciativas-do-projeto-bacia-amazonica-pela-igualdade-de-genero-na-gestao-da-agua/>

[4] Disponível em: <https://otca.org/pt/reativacao-comissao-ciencia-tecnologia-amazonia-otca/>

[5] Disponível em: <https://otca.org/pt/seguranca-publica-amazonia-crimes-ambientais-cespit/>

[6] Disponível em: <https://otca.org/pt/desmatamento-amazonia-queda-2025-ora-otca/>